

MARÇO DE 2019



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE CASCAIS



CASCAIS

Equipa Técnica

Câmara Municipal de Cascais	
Gestão de Projeto	
Maria do Céu Garcia	Coordenadora Municipal de Proteção Civil
Coordenação	
Carlos Mata	Diretor do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Carlos Estibeira	Chefe da Divisão de Planeamento e Operações Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Equipa Técnica – Divisão de Planeamento e Operações	
António Carvalho	Técnico Superior em Proteção Civil
António Veloso	Geógrafo
Nuno Silva	Técnico Superior em Proteção Civil
Tomás Silva	Técnico Superior em Proteção Civil

Índice

Índice.....	2
Índice de figuras.....	6
Índice de tabelas.....	6
Índice de ilustrações	7
Índice de mapas.....	7
Índice de quadros	9
Lista de Siglas e Acrónimos	11
Referências Legislativas.....	16
Registo de Atualizações.....	22
Registo de Exercícios do Plano	23
1 Introdução	24
2 Finalidade e objetivos.....	26
3 Tipificação dos riscos.....	27
4 Critérios para ativação.....	32
4.1 Critérios gerais.....	33
4.2 Critérios específicos.....	33
1 Estruturas	34
1.1 Estrutura de direção política	35
1.2 Estrutura de coordenação política	35
1.3 Estrutura de coordenação institucional.....	37
1.4 Estrutura de comando operacional	37
1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....	39
2 Responsabilidades.....	41
2.1 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	42
2.2 Responsabilidades das entidades com dever especial de cooperação	51
2.2.1 Responsabilidades das unidades orgânicas da CMC e empresas municipais.....	60
3 Organização	69
3.1 Infraestruturas de relevância operacional.....	69
3.1.1 Infraestruturas ferroviárias, Marítimas e Aéreas	69
3.1.2 Redes de Telecomunicações.....	70
3.1.3 Abastecimento de Água	70
3.1.4 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis	71



3.1.5	Infraestruturas Industriais.....	72
3.1.6	Elementos estratégicos, vitais / sensíveis para operações de prot. e socorro....	72
3.2	Zonas de Intervenção	75
3.2.1	Zonas de Concentração e Reserva	75
3.2.2	Zona de Receção e Reforços.....	76
3.3	Mobilização e Coordenação de Meios.....	76
3.4	Notificação Operacional.....	77
4	Áreas de Intervenção	79
4.1	Gestão Administrativa e Financeira.....	79
4.2	Reconhecimento e Avaliação	83
4.2.1	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	83
4.2.2	Equipas de Avaliação Técnica	85
4.3	Logística	86
4.3.1	Apoio logístico às forças de intervenção.....	86
4.3.2	Apoio Logístico às populações.....	88
4.4	Comunicações	92
4.5	Informação Pública.....	96
4.6	Confinamento e evacuação.....	100
4.7	Manutenção da Ordem Pública.....	104
4.8	Serviços Médicos e transporte de Vítimas.....	108
4.8.1	Emergência Médica.....	108
4.8.2	Apoio Psicológico.....	111
4.9	Socorro e Salvamento.....	114
4.10	Serviços Mortuários.....	116
1	Inventários de Meios e Recursos	122
2	Lista de Contatos.....	131
3	Modelos.....	134
3.1	Declaração de Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência	134
3.2	Modelos de Relatórios.....	136
3.3	Modelos de Requisições	145
3.4	Modelos de Comunicados.....	146
3.5	Declaração da Situação de Alerta de Âmbito Municipal	147
4	Lista de Distribuição	150
5	Anexos.....	154

1.	Caracterização Geral	155
2.	Caracterização Física	157
2.1.	Características geomorfológicas.....	157
2.1.1.	Hipsometria	157
2.1.2.	Declives	159
2.1.3.	Geologia	160
2.2.	Sismicidade.....	162
2.3.	Características Climáticas.....	163
2.3.1.	Temperatura e Precipitação	163
2.3.2.	Humidade Relativa.....	166
2.3.3.	Vento.....	166
2.3.4.	Frequência de fenómenos adversos	167
2.4.	Hidrografia	168
2.5.	Uso e Ocupação do Solo	169
3.	Caraterização Socioeconómica	171
3.1.	Caraterização Demográfica.....	171
3.2.	Caraterização Económica.....	180
4.	Caraterização das Infraestruturas.....	183
4.1.	Infraestruturas de Comunicação	183
4.1.1.	Infraestruturas Rodoviárias.....	183
4.1.2.	Infraestruturas Ferroviárias, Marítimas e Aéreas.....	184
4.2.	Rede de Telecomunicações.....	186
4.3.	Infraestruturas Urbanas.....	187
4.3.1.	Sistema de Abastecimento de Água	187
4.3.2.	Rede de Saneamento de Águas Residuais.....	188
4.3.3.	Resíduos Sólidos Urbanos	191
4.4.	Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis .	192
4.4.1.	Rede Elétrica.....	192
4.4.2.	Rede de Gás.....	194
4.4.3.	Postos de Abastecimento de Combustíveis	195
4.5.	Elementos expostos estratégicos, vitais e/ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro.....	196
4.5.1.	Agentes de Proteção Civil e Organismos de Apoio.....	196
4.5.2.	Equipamentos de Utilização Coletiva.....	197

4.6.	Outras Infraestruturas	223
4.6.1.	Património.....	223
4.6.2.	Unidades de Alojamento.....	226
4.6.3.	Instalações Militares e Estabelecimentos Prisionais.....	229
4.6.4.	Comércio e Indústria.....	230
4.6.5.	Barragens.....	231
4.6.6.	Postos de Vigia.....	231
4.6.7.	Pontos de Água de Apoio ao Combate a Incêndios	232
5.	Caraterização do Risco	233
5.1.	Análise de Risco	233
5.1.1.	Nevões.....	236
5.1.2.	Ondas de Calor.....	238
5.1.3.	Ondas de Frio.....	242
5.1.4.	Secas.....	245
5.1.5.	Cheias e Inundações.....	247
5.1.6.	Sismos	255
5.1.7.	Inundação por Tsunami.....	259
5.1.8.	Galgamentos Costeiros	261
5.1.9.	Erosão Costeira: recuo e instabilidade de arribas	263
5.1.10.	Inundação por Rutura de Barragens	265
5.1.11.	Movimentos de massa em Vertentes	267
5.1.12.	Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos	269
5.1.13.	Acidentes no Transporte de Matérias Perigosas	276
5.1.14.	Acidentes Industriais que envolvam substâncias perigosas.....	278
5.1.15.	Colapso de Estruturas em Edifícios	280
5.1.16.	Incêndios Urbanos	283
5.1.17.	Incêndios Urbanos em Centros Históricos	286
5.1.18.	Incêndios Florestais.....	288
5.1.19.	Emergências Radiológicas	292
5.2.	Análise de Vulnerabilidades«	295
5.2.1.	Nevões.....	295
5.2.2.	Ondas de Calor.....	296
5.2.3.	Ondas de Frio.....	298
5.2.4.	Secas.....	300

5.2.5.	Cheias e Inundações.....	301
5.2.6.	Sismos	303
5.2.7.	Inundação por Tsunami.....	306
5.2.8.	Galgamentos Costeiros	309
5.2.9.	Erosão Costeira: Recuo e instabilidade de arribas.....	309
5.2.10.	Inundação por Rutura de barragens	310
5.2.11.	Movimento de Massa em Vertentes.....	310
5.2.12.	Acidentes Rodoviários, Ferroviários, Aéreos e Marítimos	310
5.2.13.	Acidentes nos Transportes de Mercadorias Perigosas	312
5.2.14.	Acidentes Industriais que envolvam substâncias perigosas.....	313
5.2.15.	Colapso de Estruturas em Edifícios	314
5.2.16.	Incêndios Urbanos	317
5.2.17.	Incêndios em Centros Históricos	321
5.2.18.	Incêndios Florestais.....	324
5.2.19.	Emergências radiológicas	326
5.3.	Estratégia para Mitigação dos Riscos	327
6.	Programa de medidas para a garantia da manutenção da operacionalidade do plano ...	330
7.	Cenários.....	331
7.1.	Incêndio Florestal	331
7.2.	Incêndio Urbano	334

Índice de figuras

Figura 1-	Divisão administrativa e enquadramento distrital e nacional	25
Figura 2-	Estrutura municipal de direção política, coordenação política, coordenação institucional e de comando operacional	34
Figura 3 -	Organização do posto de comando operacional (PCO).....	39

Índice de tabelas

Tabela 1 -	Tipificação dos riscos no concelho de Cascais.....	27
Tabela 2 -	Matriz de riscos do concelho de Cascais	31
Tabela 3 -	Infraestruturas Rodoviárias, Ferroviárias e Aérea	69
Tabela 4 -	Reservatórios do Concelho de Cascais (Águas de Cascais, S.A., e CMC/DPT/DPIE - 2011)	71
Tabela 5 -	Localização de infraestruturas de agentes de proteção civil	74
Tabela 6 -	Constituição da ZCR	76

Tabela 7 - Graus de prontidão e mobilização.....	77
Tabela 8 - Mecanismos de notificação operacional.....	78
Tabela 9 - Gestão administrativa e Financeira	82
Tabela 10 - Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	84
Tabela 11 - Equipas de Avaliação Técnica	85
Tabela 12 - Apoio logístico às forças de intervenção.....	87
Tabela 13 - Apoio logístico às populações	91
Tabela 14 - Indicativos Rádio de APC's e OEA's	93
Tabela 15 - Indicativos Rádio do SMPC de Cascais	94
Tabela 16 - Indicativos Rádio dos Técnicos do SMPC de Cascais.....	94
Tabela 17 - Indicativos Rádios das Viaturas do SMPC de Cascais.....	94
Tabela 18 - Indicativos Rádio dos concelhos limítrofes	94
Tabela 19 – Comunicações	95
Tabela 20 - Informação pública	99
Tabela 21 - Confinamento/Evacuação	103
Tabela 22 - Manutenção da Ordem Pública	107
Tabela 23 - Serviços Médicos e Transporte de Vítimas	110
Tabela 24 - Apoio Psicológico	113
Tabela 25 - Socorro e salvamento	115
Tabela 26 - Serviços Mortuários	120
Tabela 27 - Meios Operacionais da Câmara Municipal de Cascais.....	122
Tabela 28 - Meios Operacionais dos CB's Existentes no Município de Cascais.....	124
Tabela 29 - Meios Operacionais das Empresas Municipais.....	125
Tabela 30 - Meios Operacionais de Empresas de Construção Civil e Obras Públicas.....	126
Tabela 31 - Equipas de Especialistas em Operações de Socorro e Salvamento	127
Tabela 32 - Peritos individuais em determinadas áreas de intervenção	127
Tabela 33 - Grupos de Escoteiros, Agrupamentos de Escutas e Companhias de Guias existentes no concelho	130

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Diagramas de Zonas de Intervenção.....	75
---	----

Índice de mapas

Mapa 1 - Enquadramento Geográfico	155
Mapa 2 - Hipsometria do concelho de Cascais.....	157
Mapa 3 - Declives do município de Cascais.....	159
Mapa 4 - Carta Geológica do município de Cascais	161
Mapa 5 - Intensidade Sísmica do município de Cascais.....	162
Mapa 6 - Rede hidrográfica Principal.....	168
Mapa 7 - Uso e Ocupação do Solo	169
Mapa 8 - População residente por freguesia	173
Mapa 9 - Variação da População Residente entre 2001 e 2011 no município de Cascais.....	174
Mapa 10 - Densidade Populacional (2011), por subsecção estatística	175

Mapa 11 - Relação entre População Residente e População Presente (2011) por subsecção estatística	176
Mapa 12 - Índice de Dependência Total (2011), por subsecção estatística	178
Mapa 13 - Número de Alojamentos por edifício (2011	179
Mapa 14 - Estabelecimentos comerciais e industriais relevantes	182
Mapa 15 - Infraestruturas Rodoviárias	183
Mapa 16 - Infraestruturas ferroviárias, Marítimas e Aéreas.....	184
Mapa 17 - Rede de Telecomunicações	186
Mapa 18 - Rede de Abastecimento de água	188
Mapa 19 - Rede de Saneamento de Águas Residuais.....	189
Mapa 20 - Localização das empresas Tratolixo e EMAC	191
Mapa 21 - Rede Elétrica	192
Mapa 22 - Rede de Gás	194
Mapa 23 - Postos de Abastecimento de Combustíveis.....	195
Mapa 24 - Agentes de Proteção Civil	196
Mapa 25 - Equipamentos Administrativos.....	198
Mapa 26 - Equipamentos Educativos.....	200
Mapa 27 - Equipamentos Desportivos.....	203
Mapa 28 - Equipamentos de Saúde	205
Mapa 29 - Equipamentos Sociais	211
Mapa 30 - Equipamentos Culturais.....	218
Mapa 31 - Equipamentos Religiosos.....	221
Mapa 32 – Património	224
Mapa 33 - Unidades de Alojamento	226
Mapa 34 - Estabelecimentos Prisionais	229
Mapa 35 - Comércio e Indústria	230
Mapa 36 - Postos de Vigia	231
Mapa 37 - Pontos de Água de Apoio ao Combate a Incêndios Florestais.....	232
Mapa 38 - Suscetibilidade à ocorrência de nevões	237
Mapa 39 - Suscetibilidade à ocorrência de Ondas de Calor	241
Mapa 40 - Suscetibilidade à ocorrência de Ondas de Frio	244
Mapa 41 - Intensidade de Secas	246
Mapa 42 - Perigosidade de Cheias e Inundações	252
Mapa 43 - Registo Sísmico.....	256
Mapa 44 - Suscetibilidade dos terrenos à ação sísmica.....	257
Mapa 45 - Suscetibilidade a Inundação por Tsunami	260
Mapa 46 - Suscetibilidade a Galgamentos Costeiros.....	262
Mapa 47 - Suscetibilidade a Erosão Costeira	264
Mapa 48 - Suscetibilidade a inundações por rutura de barragens.....	266
Mapa 49 - Suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes	268
Mapa 50 - Suscetibilidades a acidentes rodoviários.....	272
Mapa 51 - Acidentes Ferroviários.....	275
Mapa 52 - Trajetos Utilizados no Transporte de Mercadorias Perigosas	277
Mapa 53 - Suscetibilidade a acidentes industriais - Pedreira da JODOFER.....	279

Mapa 54 - Edifícios Precários	282
Mapa 55 - Risco de Incêndio urbano e ocorrências de incêndios habitacionais (2014)	285
Mapa 56 - Caracterização da época de construção e ocorrências de Incêndios habitacionais (2014)	287
Mapa 57 - Risco de Incêndio Florestal	290
Mapa 58 - Concentração de Radão.....	293
Mapa 59 - Vulnerabilidade a ondas de calor	297
Mapa 60 - Vulnerabilidade a ondas de frio	299
Mapa 61 - Vulnerabilidades Sísmica do Edificado	304
Mapa 62 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo Urbano de Cascais)	317
Mapa 63 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleos Urbanos do Estoril e do Monte do Estoril) ..	318
Mapa 64 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo urbano da Parede)	319
Mapa 65 - Utilização Tipo do Edificado (Núcleo Urbano de Alcabideche).....	320

Índice de quadros

Quadro 1 - Área territorial das freguesias (km ² e %)	156
Quadro 2 - Classes hipsométricas do concelho de Cascais (Km ² e %)	158
Quadro 3 - Classe de declives (em graus) do município de Cascais (Km ² e %).....	160
Quadro 4 - Valores extremos de temperatura	165
Quadro 5 - Valores médios de Humidade Relativa (às 09h e 15h) e Insolação (horas e %).....	166
Quadro 6 - Área (ha e %) por classe de ocupação do solo.....	170
Quadro 7 - Área (ha e %) espécies florestais no tipo de ocupação do solo de floresta.....	170
Quadro 8 - Variação da População Residente (2001-2011)	172
Quadro 9 - Índice de Dependência de Jovens, Idosos e Total (2011), por freguesia.....	177
Quadro 10 - Número e Percentagem de trabalhadores por tipo de Atividade Económica (CAE Rev. 3)	181
Quadro 11 - Número de estabelecimentos por tipo de atividade.....	181
Quadro 12 - Infraestruturas Ferroviárias, Marítimas e Aéreas	185
Quadro 13 - Número de antenas de telecomunicações por operador	187
Quadro 14 - Infraestruturas do Sistema de Saneamento da Costa do Estoril.....	190
Quadro 15 - Síntese dos elementos que compõem a rede elétrica	193
Quadro 16 - Instalações dos Agentes de Proteção Civil e Outras Entidades de Apoio.....	197
Quadro 17 - Equipamentos Administrativos	199
Quadro 18 - Equipamentos Educativos de Natureza Pública	202
Quadro 19 - Equipamentos Desportivos de natureza Municipal e Pública.....	204
Quadro 20 - Equipamentos de Saúde	210
Quadro 21 - Equipamentos Sociais	217
Quadro 22 - Equipamentos Culturais.....	220
Quadro 23 - Equipamentos Religiosos	223
Quadro 24 - Património de interesse municipal.....	225
Quadro 25 - Unidades de Alojamento	228
Quadro 26 - Grau de Probabilidade	233
Quadro 27 - Grau de Gravidade.....	234
Quadro 28 - Número de dias com neve por estação climatológica.....	238

Quadro 29 - Distribuição espacial das ondas de calor que afetaram o Continente entre 2003 e 2014	240
Quadro 30 - Percentagem do número de dias de ondas de calor que afetaram o município ..	240
Quadro 31 - Distribuição espacial das médias das temperaturas mínimas em meses de vagas de frio entre 2003 e 2014	243
Quadro 32 - Percentagem da frequência das classes das temperaturas mínimas que afetaram o município.....	243
Quadro 33 - Principais características fisiográficas das bacias hidrográficas	249
Quadro 34 - Características Fisiográficas adicionais das bacias hidrográficas.....	250
Quadro 35 - Classe de perigosidade por bacias hidrográficas.....	251
Quadro 36 - Área (Km ² e %) da suscetibilidade a movimentos de massa de vertentes	268
Quadro 37 - Acidentes ferroviários na linha de cascais entre 2004 e 2013	274
Quadro 38 - Quadro de Acidentes no Transporte de Mercadorias Perigosas	276
Quadro 39 - Época de Construção do Edificado	281
Quadro 40 - Estado de conservação do edificado	281
Quadro 41 - Área (km ² e %) por classe de risco.....	291
Quadro 42 - Exposição da população idosa à ocorrência de ondas de calor	296
Quadro 43 - Exposição da população jovem e idosa à ocorrência de ondas de frio	298
Quadro 44 - Elementos expostos a cheias	302
Quadro 45 - Elementos expostos a sismos.....	305
Quadro 46 - Elementos expostos à ocorrência de tsunami	309
Quadro 47 - Elementos expostos a movimentos de massa em vertentes.....	310
Quadro 48 - Elementos Expostos a Incêndios Florestais	311
Quadro 49 - Elementos expostos a Incêndios Florestais	313
Quadro 50 - N.º de edifícios com necessidades muito grande de reparações por lugar.....	314
Quadro 51 - Elementos Expostos.....	316
Quadro 52 - Elementos Expostos ao núcleo urbano de Cascais.....	323
Quadro 53 - Elementos Expostos a Incêndios Florestais	325
Quadro 54 - Medidas e estratégias de prevenção do risco.....	329

Lista de Siglas e Acrónimos

ABSC	Ambulância de Socorro
ABTD	Ambulância Transporte de Doentes
ACES	Agrupamento de Centros de Saúde
ADC	Águas de Cascais
AE	Autoestrada
AEP	Associação dos Escoteiros de Portugal
AGP	Associação Guias de Portugal
AHB	Associação Humanitária de Bombeiros
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
AI	Área de Intervenção
AAP	Área de Atuação Própria
AIA	Avaliação de Impacte Ambiental
AM/PM	Autoridade Marítima/Polícia Marítima
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANBP	Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APC	Agente de Proteção Civil
ARS	Administração Regional de Saúde
BAL	Base de Apoio Logístico
BARC	Associação Brigada Autónoma de Resgate com Cães
BRIPA	Brigadas de Proteção Ambiental
CADIS	Comandante Operacional de Agrupamento Distrital
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CB	Banda do Cidadão (<i>Citizen's Band</i>)
CB	Corpo de Bombeiros
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCOM	Centro de Coordenação Operacional Municipal
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CMC	Câmara Municipal de Cascais
CMDF	Comissão Municipal de Defesa da Floresta
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNE	Corpo Nacional de Escutas
COA	Centro de Operações Avançado
CODIS	Comandante Operacional Distrital
CooMunPC	Coordenador Municipal de Proteção Civil
COS	Comandante das Operações de Socorro
CP	Comboios de Portugal
CPX	Exercício de Postos de Comando (<i>Command Post Exercise</i>)

CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DCIP	Divisão de Cidadania e Participação
DED	Departamento de Educação, Desporto, Juventude e Promoção Cultural
DFEI	Divisão de Fiscalização, Obras e Infraestruturas
DFP	Departamento de Gestão Financeira e Patrimonial
DGS	Direção-Geral da Saúde
DGT	Departamento de Gestão Territorial
DGT	Direção-Geral do Território
DHJ	Departamento de Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos
DHS	Departamento de Habitação e Desenvolvimento Social
DIC	Departamento de Inovação e Comunicação
DIOPS	Dispositivo Integrado das Operações de Proteção e Socorro
DIPC	Divisão de Patrimónios Culturais
DIT	Departamento de Intervenção Territorial
DLEC	Divisão de Licenciamentos Económicos
DMAG	Direção Municipal de Apoio à Gestão
DMCC	Direção Municipal de Coesão e Capacitação
DMEI	Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação
DMGI	Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial
DON	Diretiva Operacional Nacional
DOVI	Divisão de Obras de Vias e Infraestruturas
DPGU	Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística
DPOL	Divisão de Polícia
DPQ	Departamento de Planeamento e Qualificação Ambiental
DSAVRC	Direção de Serviços de Alimentação e Veterinária da Região Centro
DSSD	Divisão de Sistemas de Suporte à Decisão
DVRH	Divisão de Valorização de Recursos Humanos
EAPSE	Equipas de Apoio Psicossocial de Emergência
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EDP	Energias de Portugal
EGIC	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EP	Estradas de Portugal
EPAL	Empresa Portuguesa das Águas Livres
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERAP	Equipas Rápidas de Apoio Psicossocial
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV-m	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vitimas mortais
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FPEPTT	Fundação Portuguesa para o Estudo e Prevenção do Tratamento da Toxicodependência
FS	Forças de Segurança
DAPO	Divisão de Planeamento e Operações
GIPS	Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPIAAF	Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e Ferroviários
UTEF	Unidade Técnico Florestal

HF	High Frequency
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IGP	Instituto Geográfico Português
IIM	Imóvel de Interesse Municipal
IIP	Imóvel de Interesse Público
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
INSA	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
ISS	Instituto de Segurança Social
JF	Junta de Freguesia
LIVEX	Live Exercise
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MM	Mercalli Modificada
MP	Ministério Público
MV-S	Serviço Móvel de Satélite
NRBQ	Nuclear, Radiológico, Biológico e Químico
NecPro	Necrotério Provisório
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OEA	Organismo e Entidade de Apoio
ONG	Organização Não Governamental
PC	Posto de Comando
PCDis	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PCOC	Posto de Comando Operacional Conjunto
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PDM	Plano Diretor Municipal
PDSI	<i>Palmer Drought Severity Index</i>
PEA	Plano Estratégico de Ação
PEERS-AML - CL	Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes
PJ	Polícia Judiciária
PMA	Posto Médico Avançado
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPCC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais
PNSC	Parque Natural Sintra-Cascais
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROT AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSP	Polícia de Segurança Pública
PT	Portugal Telecom

RADNET	Rede de Vigilância em Contínuo da Radioatividade do Ar Ambiente
REDIS	Relatório Diário de Situação
REFER	Rede Ferroviária Nacional
RELGER	Relatório de Situação Geral ou Especial
RELIM	Relatório Imediato
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REN	Rede Elétrica Nacional
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional dos Bombeiros
ROSM	Regulamento de Organização dos Serviços Municipais
RSA	Regulamento de Segurança de Ações
SANEST	Saneamento da Costa do Estoril
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SGO	Sistema de Gestão de Operações
SICOMEC	Sistema de Comunicações de Emergência de Cascais
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIPE	Sistema de Informação de Planeamento de Emergência
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMM	Serviço Móvel Marítimo
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Short Message Service
SMT	Serviço Móvel Terrestre
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
STAV	<i>Strong Transients in Alluvial Valleys</i>
STF	Serviço Telefónico Fixo
SVARH	Sistema de Vigilância e Alerta de Recursos Hídricos
SVET	Serviço Veterinário Municipal
TO	Teatro de Operações
TTX	Exercício de Decisão (<i>Table-Top Exercise</i>)
DMSL	Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos
DSTI	Divisão de Sistemas e Tecnologias de Informação
UTMA	Unidade de Transporte e Manutenção Auto
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VFCI	Veículo Florestal de Combate a Incêndios
VLCI	Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios
VPCC	Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações
VRCI	Veículo Rural de Combate a Incêndios
VSA	Veículo de Socorro e Assistência Tática
VTGC	Veículo Tanque de Grande Capacidade
VTPT	Veículo de Transporte de Pessoal Tático
VTTU	Veículo de Transporte Tático Urbano
ZA	Zona de Apoio

ZAP	Zona de Apoio Psicológico
ZAS	Zona de Auto Salvamento
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio da População
ZCI	Zona de Concentração e Irradiação
ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRnM	Zona de Reunião de Mortos
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro

Referências Legislativas

Legislação Estruturante

- Lei 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna;
- Lei 27/2006, de 3 de julho – Lei de Bases de Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro e Lei 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou;
- Lei 65/2007, de 12 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal;
- Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 30, de 2015, de 7 de maio;
- Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS).

Legislação Orgânica

- Decreto-Lei 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei 112/2014, de 11 de julho e pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;
- Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Lei 63/2007, de 6 de novembro – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana;
- Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana;
- Lei 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública;
- Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 5/2014, de 29 de agosto – Lei de Defesa Nacional;
- Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 6/2014, de 1 de setembro - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas;
- Decreto-Lei 183/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional;
- Decreto-Lei 186/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Exército;



- Decreto-Lei 187/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Força Aérea;
- Decreto-Lei 185/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Marinha;
- Decreto-Lei 44/2002, de 2 de março – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional;
- Decreto-Lei 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- Decreto-Lei nº 91/2015, de 29 de maio – fusão da Refer, E.P.E. com as Estradas de Portugal, S.A., organismos que passam a designar-se por Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.);
- Decreto-Lei 34/2012, de 14 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.;
- Decreto-Lei 240/2012, de 6 de novembro – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Decreto Regulamentar 28/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;
- Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses;
- Decreto-Lei 148/2012, de 12 de julho – Lei Orgânica do Instituto de Registos e Notariado;
- Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho – Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Energia e Geologia;
- Decreto-Lei 157/2012, de 18 de julho – Lei Orgânica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
- Decreto-Lei 134/2007, de 27 de abril – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional;
- Decreto-Lei 56/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente;
- Decreto-Lei 49-A/2012, de 29 de fevereiro – Lei Orgânica da Direção-geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;
- Decreto Regulamentar 31/2012, de 13 de março – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária;
- Decreto-Lei 135/2012, de 29 de junho – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas;
- Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.;
- Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação;

- Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 127/2014, de 22 de agosto e pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P;
- Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social;
- Decreto-Lei 281/2007, de 7 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa;
- Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade;
- Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de Agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses;
- Lei 32/2007, de 13 de agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros;
- Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 248/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros;
- Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB).

Legislação Técnico-operacional

- Despacho 3551/2015, de 9 de abril – Sistema de Gestão de Operações;
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional;
- Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS);
- Portaria 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente;
- Decreto-Lei 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres;
- Decreto-Lei 112/2008, de 1 de julho – Conta de Emergência;
- Decreto-Lei 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo;
- Decreto-Lei 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo;



- Decreto-Lei 43/2002, de 2 de março – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional;
- Decreto Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia;
- Lei 44/86, de 30 de setembro – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro

Legislação Concorrente

- Lei 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas;
- Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias;
- Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais, e transpõe a Diretiva 2007/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro;
- Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio – Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);
- Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei 224/2015, de 9 de outubro, que o republica - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios;
- Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios;
- Decreto-Lei 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento Segurança de Barragens;
- Decreto-Lei 150/2015, de 5 agosto – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas;
- Decreto-Lei 174/2002, de 25 de julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, “Intervenção”, da Diretiva 96/29/EURATOM;
- Decreto-Lei 165/2002, de 17 de julho – Proteção contra Radiações Ionizantes;



- Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 206-A/2012, de 31 de agosto e pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Setembro;
- Decreto-Lei 112/2002, de 12 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água;
- Lei 58/2007, de 4 de setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;
- Lei 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo;
- Lei 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;
- Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei 278/2009, de 2 de outubro – Código dos Contratos Públicos.

Legislação Diversa

- Resolução 22/2009, de 23 de outubro – Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes;
- Resolução 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil;

Comunicações

- Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação;
- Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho – Lei das comunicações eletrónicas;



- Lei 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei 160/2013, de 19 de dezembro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008;
- Decreto-Lei 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao Decreto-Lei 160/2013, de 19 de novembro – Bases da Concessão do serviço postal universal;
- Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março - Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão;
- Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março – Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum.

Registo de Atualizações

Atualização do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais					
Versão	Alteração	Data de Alteração	Data de Aprovação	Entidade que aprovou	Observações
1	Plano de Emergência de Cascais	1987 (elaboração)	20 Junho 1989	Câmara Municipal de Cascais	Decreto-lei 100/84 de 29 Março
2	Plano Municipal de Emergência de Cascais	1998	29 Janeiro 2002	Serviço Nacional de Proteção Civil	Lei n.º 113/91 de 29 de Agosto
3	Atualização do PMEPC	2013	05 Dezembro 2014	Autoridade Nacional de Proteção Civil	Diretiva n.º 25/2008 de 18 de Julho

Registo de Exercícios do Plano

Registo de Exercícios do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de cascais				
Tipo de Exercício	AQUA-LX 2015	CPX	LIVEX	TTX
		X	X	X
Objetivos	Ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil, adiante designada CMPC (reduzida) numa situação de acidente grave, bem como testar a ativação do PMEPCCC.			
Cenário	Ventos fortes, cheias e inundações baseados nos históricos máximos das cheias rápidas de (1967/1983) registadas no concelho de Cascais, sendo por isso os locais mais afetados as bacias hidrográficas da Ribeira das Vinhas e Ribeira da Cadaveira.			
Local	Concelho de Cascais			
Data	02 De Dezembro de 2015			
APC, Organismos e Entidades envolvidas	<ul style="list-style-type: none"> • SMPC e COM Cascais • SMPC Alcobaça e COM Alcobaça • SMPC de Almada e COM Almada • Autoridade de Saúde do concelhia • CB Cascais • CB Estoris 	<ul style="list-style-type: none"> • Capitania do Porto de Cascais • CB Parede • Guarda Nacional Republicana • Instituto Nacional de Emergência Médica; • Polícia de Segurança Pública; • Polícia Municipal 		
Meios e Recursos envolvidos	Comissão Municipal de Proteção Civil de Cascais (Reduzida)			
Ensinamentos recolhidos	<p>Verifica-se a necessidade de realizar anualmente exercícios do PMEPCCC, onde seja possível implementar as propostas para que seja possível garantir uma melhoria na performance de todos os atores. Os exercícios em causa deverão ser rentabilizados de forma a rotinizar procedimentos dos colaboradores do SMPC Cascais, bem como de todos os delegados da CMPC.</p> <p>Os exercícios a realizar futuramente deverão alargar a sua dimensão e envolvimento, onde deverá ser tido em conta que o objetivo final será a realização de exercícios à escala total.</p>			

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1 Introdução

Nos dias de hoje os acidentes graves e catástrofes, ocorrem com maior frequência que no passado, resultando em consequências, que repetidamente afetam as pessoas, bem como os seus bens e também o meio ambiente, expondo deste modo a sociedade e o seu modo de vida a uma enorme variedade de ameaças a que estão sujeitos, evidenciando os dois lados desta realidade, sendo elas o risco de acidente e o risco do socorro prestado à população e aos seus bens.

O concelho de Cascais, não sendo exceção à regra, encontra-se exposto a diferentes ameaças de carácter natural e antrópico, que preocupando a comunidade, irá sempre exigir uma resposta adequada, por parte do mecanismo de proteção civil presente no concelho de modo a proteger, socorrer e assistir pessoas e bens face ao perigo, tal como também para respeitar o direito à vida, integridade física, segurança, bem-estar e saúde dos cidadãos como atribuições indeclináveis do Estado, mesmo nas circunstâncias mais adversas e dramáticas tal como são as que acompanham e se seguem à ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais, adiante designado por PMEPC constitui um instrumento flexível e dinâmico, sujeito permanentemente a atualizações, com o objetivo de fazer face à generalidade das situações de emergência, passíveis de ocorrer e afetar o Município de Cascais. A finalidade deste documento, destina-se à garantia da articulação e coordenação dos diversos agentes de proteção civil, entidades e organismos de apoio envolvidos nas operações de proteção e socorro e possibilitando a coordenação técnica e operacional, dos meios a empenhar e da adoção de medidas de carácter excecional na eminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

O âmbito de aplicação territorial do plano, é o município de Cascais, constituído por uma área de 97,40 km² e por 4 freguesias, sendo elas a União de Freguesias de Cascais e Estoril, União de Freguesias de Parede e Carcavelos, Freguesia de Alcabideche e Freguesia de São Domingos de Rana, com um total de 206 479 habitantes. Cascais tem limite a Norte com o Concelho de Sintra, limite a Este com o Concelho de Oeiras e Limite a Sul e Oeste com o Oceano Atlântico (Figura 1).

O Diretor do PMEPC é o Presidente da Câmara Municipal, ou o seu substituto legal, com competências delegadas na matéria. É o responsável municipal da política de proteção civil, a quem compete desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso.

Para além do exercício da função de Diretor do Plano compete, neste âmbito, ao Presidente da Câmara Municipal:

- Declarar a Situação de Alerta de âmbito municipal;
- Presidir à CMPC;
- Pronunciar-se sobre a declaração de Situação de Contingência que afete o Concelho de Cascais.

O Diretor do Plano é apoiado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), pelos demais serviços da Câmara Municipal e pelos Agentes de Proteção Civil, organismos e entidades com dever especial de colaboração, designados neste plano.

O PMEPC de Cascais está elaborado de acordo com o disposto pela Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), nomeadamente a Resolução nº 30/2015, de 7 de maio e com o disposto

no artigo 50º da Lei 27/2006, de 3 de julho, na redação dada pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, Caderno Técnico PROCIV N.º3 – Manual de Apoio à Elaboração e Operacionalização de Planos de Emergência de Proteção Civil, 2ª Edição Dezembro 2017.

O PMEPC de Cascais articula-se com os PMEPC de Oeiras e Sintra, com o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil, adiante designado como PDEPC de Lisboa e com o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, adiante designado PNEPC, que nos respetivos níveis territoriais, descrevem a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de atuação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

Nos termos do n.º 12 do artigo 7º da Resolução n.º 30, de 2015, de 7 de maio, da CNPC, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Cascais entra em vigor no 1.º dia útil seguinte à publicação da deliberação de aprovação em Diário da República.



Figura 1- Divisão administrativa e enquadramento distrital e nacional

2 Finalidade e objetivos

O PMEPC de Cascais serve de instrumento determinante, para assegurar a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS), bem como as diversas entidades e organismos públicos e privados necessários às operações. Deste modo o PMEPC de Cascais permite de modo organizado, definir as estruturas de direção, coordenação, comando e controlo respondendo do melhor modo possível, a situações de catástrofe ou acidente grave respeitando os seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a ativação do PMEPC;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assunção de uma cultura de autoproteção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência

3 Tipificação dos riscos

O risco resulta de uma combinação entre a probabilidade de ocorrência de um acontecimento não desejável e a magnitude/severidade das consequências desse mesmo acontecimento. Seguindo este critério realizou-se a análise de risco a que o município se encontra sujeito. Apresenta-se na tabela seguinte o resultado final dos tipos de riscos considerados.

Grupo	Designação
Riscos naturais	Nevoeiros
	Ondas de calor
	Ondas de frio
	Secas
	Situações de Temporal (ventos fortes)
	Cheias e inundações
	Inundações e galgamentos costeiros
	Inundação por Tsunami
	Sismos
	Movimentos de massa em vertentes (desabamentos, deslizamentos etc.)
	Erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas
	Colapso de cavidades subterrâneas naturais
	Riscos tecnológicos
Acidentes ferroviários	
Acidentes marítimos	
Acidentes aéreos	
Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas	
Acidente com transporte marítimo de produtos perigosos	
Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	
Cheias e inundações por rutura de barragens	
Colapso de galerias e cavidades de minas	
Acidentes em áreas e parques industriais	
Degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ	
Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes	
Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos	
Acidentes em empresas, com atividades sujeitas a licença ambiental	
Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional (inclui explosões e incêndios em hotéis)	
Poluição atmosférica grave com partículas e gases	
Emergências radiológicas	
Riscos mistos	Incêndios florestais

Tabela 1 - Tipificação dos riscos no concelho de Cascais

Entre os riscos passíveis de afetarem o município e os munícipes, destacam-se devidos á sua incidência específica e também devido à gravidade das consequências associadas a estes riscos, a seguinte tabela representa hierarquicamente as ameaças, em conjunto com o grau de risco e a sua natureza.

Grupo	Categoria	Designação	Gravidade	Probabilidade	Grau de risco
Riscos naturais	Condições meteorológicas adversas	Nevoeiros	Residual	Elevada	Baixo
		Ondas de calor	Reduzida	Elevada	Moderado
		Ondas de frio	Residual	Baixa	Baixo
		Secas	Reduzida	Média-alta	Moderado
		Situações de temporal (ventos fortes)	Reduzida	Elevada	Moderado
	Hidrologia	Cheias e inundações	Acentuada	Média-alta	Elevado
		Inundações e galgamentos costeiros	Reduzida	Média	Moderado
		Inundação por Tsunami	Crítica	Baixa	Elevado
	Geodinâmica interna	Sismos	Crítica	Baixa	Elevado
	Geodinâmica externa	Movimentos de massa em vertentes (desabamentos, deslizamentos e outros)	Reduzida	Média	Moderado
Erosão costeira: recuo e instabilidade de arribas		Reduzida	Média	Moderado	
Riscos tecnológicos	Acidentes	Rodoviários	Moderada	Elevada	Elevado
		Ferroviários	Reduzida	Baixa	Baixo
		Aéreos	Reduzida	Elevada	Moderado
	Transportes	Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas	Acentuada	Média-baixa	Elevado
		Acidente com transporte marítimo de produtos perigosos	Acentuada	Média-baixa	Elevado
	Vias de comunicação e infraestruturas	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	Moderada	Média-baixa	Moderado
		Cheias e inundações por rutura de barragens	Acentuada	Baixa	Moderado

Grupo	Categoria	Designação	Gravidade	Probabilidade	Grau de risco
		<i>Colapso de galerias e cavidades de minas</i>	<i>Reduzida</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Baixo</i>
	Atividade industrial e comercial	<i>Acidentes em áreas e parques industriais</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Degradação e contaminação dos solos com substâncias NBQ</i>	<i>Reduzida</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Baixo</i>
		<i>Acidentes em instalações de combustíveis, óleos e lubrificantes</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Acidentes em estabelecimentos de fabrico e de armazenagem de produtos explosivos</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Acidentes em estabelecimentos de atividades sujeitos a licença ambiental</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional (inclui explosões e incêndios em hotéis)</i>	<i>Acentuada</i>	<i>Média</i>	<i>Elevado</i>
		<i>Emergências radiológicas</i>	<i>Reduzida</i>	<i>Média-baixa</i>	<i>Baixo</i>
Riscos mistos		Relacionadas com a atmosfera	<i>Incêndios florestais</i>	<i>Crítica</i>	<i>Elevada</i>

		GRAU DE GRAVIDADE				
		RESIDUAL	REDUZIDO	MODERADO	ACENTUADO	CRÍTICO
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado			ACIDENTES RODOVIÁRIOS; INCÊNDIOS URBANOS; INCÊNDIOS FLORESTAIS;		
	Médio-alto		GALGAMENTOS COSTEIRO;	CHEIAS E INUNDAÇÕES		
	Médio	EMERGÊNCIAS RADIOLÓGICAS	INCÊNDIOS EM CENTROS HISTÓRICOS	EROSÃO COSTEIRA; ACIDENTES FERROVIÁRIOS; ACIDENTES AÉREOS; ACIDENTES COM TRANSPORTE DE MERCADORIAS PERIGOSAS		
	Médio-baixo	NEVÕES	SECAS; ONDAS DE FRIO; ONDAS DE CALOR; COLAPSO DE ESTRUTURAS EM EDIFÍCIOS	MOVIMENTO DE MASSAS EM VERTENTES	INUNDAÇÃO POR TSUNAMI; SISMOS	
	Baixo		ACIDENTES MARÍTIMOS	INUNDAÇÕES POR RUTURA DE BARRAGEM	ACIDENTES INDUSTRIAIS QUE ENVOLVAM MATÉRIAS PERIGOSAS	

LEGENDA:

RISCO BAIXO	RISCO MODERADO	RISCO ELEVADO	RISCO EXTREMO
-------------	----------------	---------------	---------------

Tabela 2 - Matriz de riscos do concelho de Cascais

4 Critérios para ativação

De acordo com a legislação em vigor, em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o PMEPC é ativado/desativado pela Comissão Municipal de Proteção Civil Reduzida (CMPCR) (ver Parte III Inventários, Modelos e Relatórios, 3.1 Declaração de Ativação/Desativação do Plano Municipal de Emergência).

Na impossibilidade da reunião atempada da totalidade dos seus membros, o PMEPC pode ser ativado excecionalmente, por orientações do diretor do plano. Neste caso e logo que possível, a CMPC de Cascais em plenário ratificará esta decisão.

Fazem parte da Comissão Municipal de Proteção Civil Reduzida as seguintes entidades:

- Presidente da Câmara de Cascais;
- Vice-Presidente da Câmara de Cascais;
- Vereadores com pelouro atribuído;
- Águas de Cascais;
- Autoridade de Saúde do Concelho;
- Capitão do Porto de Cascais;
- Cascais Ambiente;
- Cascais Dinâmica / Aeródromo de Cascais;
- Cascais Próxima;
- Coordenador(a) Municipal de Proteção Civil;
- Comandante de cada CB;
- Direção Municipal de Apoio à Gestão (DMAG);
- Direção Municipal de Coesão e Capacitação Social (DMCC)
- Direção Municipal de Estratégia, Inovação e Qualificação (DMEI);
- Direção Municipal de Gestão e Intervenção Territorial (DMGI);
- Diretor do SMPC de Cascais;
- GNR;
- INEM;
- PSP;
- SEF;
- Divisão de Manutenção e Serviços Logísticos (DMSL);

A ativação do PMEPC é comunicada ao Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa (CDOS-LX), Serviço Municipal de Proteção Civil de Oeiras, Sintra e aos diversos agentes de proteção civil pela via mais rápida (redes telefónicas fixas, móveis, SMS e ainda via rádio), sem prejuízo da sua confirmação através de Relatório, do qual conste o tipo de ocorrência, as áreas envolvidas, as consequências previsíveis, a duração e circunstâncias do fenómeno, bem como outros dados julgados convenientes para a eventual tomada de decisões a nível distrital.

A publicitação à população quanto à situação de emergência e à ativação do PMEPC é desencadeada através da utilização dos seguintes meios:

- Na página de Internet do município;
- Envio de mensagens SMS, de acordo com a lista de contactos existente na base de dados de meios e recursos do SMPC;
- Radiodifusão de comunicados e outra informação oficial através de rádios nacionais (TSF-89.5 e Antena 1-95.7), rádios locais (Rádio de Cascais-105.4 e Rádio Marginal 98.1) e TV's nacionais (canais generalistas em sinal aberto);

- Avisos sonoros e instruções difundidos pelos altifalantes dos veículos dos Agentes de Proteção Civil e outras entidades com dispositivos adequados;
- Pessoalmente através dos membros ou outros colaboradores identificados das Juntas de Freguesia;
- Sirenes localizadas nos quartéis dos corpos de bombeiros.
- O PMEPC é ativado na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe do qual se prevejam danos elevados para as populações, bens ou ambiente.

Apresenta-se alguns critérios que poderão servir de referência para ativação deste Plano:

4.1 Critérios gerais

- Declaração da situação de contingência para a totalidade ou parte da área do município;
- Efeitos significativos e diretos na população do distrito provocando mais de 50 desalojados, 50 feridos ou 10 mortos;
- Significativa interrupção da normalidade das condições de vida por mais de 12H consecutivos em pelo menos 25 % do território do município;
- Danos significativos nos bens e património ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil;
- Danos significativos nos serviços de infraestruturas (implicando suspensão do fornecimento de água, energia, comunicações ou transportes durante mais de 12 horas);

4.2 Critérios específicos

- Evento sísmico sentido no município com estimativa de intensidade máxima (obtida a partir de medidas instrumentais) igual ou superior a VII na escala de Mercalli modificada;
- Necessidade de reforço dos meios do distrito de Lisboa quando excedida a capacidade de resposta do respetivo Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e/ou Concelhos Limitrofes.
- Incêndio rural/ florestal ou conjunto de incêndios rurais/florestais que tenha excedido 12 horas de duração por dominar e/ou cuja área ardida ultrapasse 100 hectares;
- Períodos de precipitação intensa superior a 20 mm em uma hora ou superior a 40 mm em seis horas que provoquem cheia/inundação com caudal que cause isolamento ou que obrigue à evacuação de população superior a 50 habitantes em questão;
- Incêndio urbano ou conjunto de incêndios urbanos, cuja complexidade assim o aconselhe;
- Rotura ou acidente grave na barragem do Rio da Mula;
- Rotura em conduta do gasoduto com libertação de gás para atmosfera, cuja complexidade assim o aconselhe.

Este plano pode ainda ser ativado por outros critérios definidos pela CMPC e pela CMPC Reduzida, face à gravidade do acidente grave ou catástrofe em questão.

Quando consolidadas as operações de proteção civil, em conjunto com o iniciar das operações de reposição da normalidade a CMPC de Cascais desativa o PMEPC de Cascais, comunicando o ato aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da sua ativação.